

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da ata

3. Comunicações do Presidente

4. Audição dos peticionários da [Petição n.º 395/XIII/3.ª](#) - Solicitam o reposicionamento dos professores na carreira, de acordo com o Estatuto da Carreira Docente – 15:00h

5. Apreciação e votação de relatórios finais de petições

5.1. [Petição n.º 345/XIII/2.ª](#) - Solicitam a criação de grupo de recrutamento para a Língua Gestual Portuguesa.

Deputada Relatora: Sandra Pontedeira (PS)

5.2. [Petição n.º 376/XIII/2.ª](#) - Solicitam a retificação das listas de mobilidade interna, e contratação inicial, de 2017-18 divulgadas pelo Ministério da Educação.

Deputada Relatora: Maria Augusta Santos (PS)

6. Apreciação e votação da admissibilidade de petições

6.1. [Petição 426/XIII/3.ª](#) - Solicitam a adoção de medidas quanto ao posicionamento remuneratório dos docentes, providos por concurso, nas carreiras docentes do ensino superior.

N.º de subscritores: 1.152

Deputado Relator - PS

6.2. [Petição 427/XIII/3.ª](#) - Solicitam a adoção de medidas com vista à valorização da Educação e dos seus Profissionais.

N.º de subscritores: 14.895

Deputado Relator - BE

7. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, a requerer a audição do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sobre a aplicação do diploma do emprego científico

- Apreciação e votação

8. Data da próxima reunião

- 20 de dezembro de 2017, 9h30

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

O Senhor Presidente, Deputado Alexandre Quintanilha, começou a reunião por levar a votação a aprovação da ordem do dia proposta, tendo esta sido aprovada por unanimidade dos Grupos Parlamentares presentes do PSD, PS, BE e CDS-PP, na ausência do PCP.

2. Aprovação da ata

Levada a votação a aprovação da Ata n.º 94, de 5 de dezembro, foi a mesma aprovada pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE e CDS-PP, com abstenção do Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) e na ausência do PCP.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Audições regimentais

O Senhor Presidente informou que a próxima audição do Ministro da Educação será audição regimental, bem como audição por requerimento do Grupo Parlamentar do PSD. A audição foi agendada para dia 20 de dezembro de 2017, pelas 9h30m, tendo sido aprovada a grelha de tempos distribuída pelos Senhores Deputados.

Informou, ainda, que a audição regimental do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior ficou agendada para dia 30 de janeiro de 2018 pelas 15h.

3.2. Apreciação e votação de relatórios de Audiências:

Levada a votação a aprovação do relatório da audiência à APROTED – Associação de Professores de Teatro/Educação, em que foi deputada piloto a Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP), foi a mesma aprovada por unanimidade dos Grupos Parlamentares presentes do PSD, PS, BE e CDS-PP, na ausência do PCP.

4. Audição dos petiçãoários da [Petição n.º 395/XIII/3.ª](#) - Solicitam o reposicionamento dos professores na carreira, de acordo com o Estatuto da Carreira Docente – 15:00h

O Presidente da Comissão cumprimentou o petiçãoário, melhor identificado na [página da Comissão](#), lembrou a grelha de tempo das intervenções e passou depois a palavra para a intervenção inicial.

O petiçãoário começou por referir que a presente petição pretende ser independente de partidos e de organizações sindicais, sendo motivado pelo facto de os professores se sentirem maltratados e discriminados.

Com efeito, referiu que os professores sentem que atualmente lhes é negado o direito à profissão e à carreira, pretendendo os petiçãoários, apenas, o reconhecimento dos seus direitos, nos termos do Estatuto da Carreira Docente.

Proseguiu, expondo que os professores têm-se empenhado na frequência de formações com vista a melhorar a qualidade do seu ensino. Por outro lado, têm sido introduzidas alterações pelo Ministério da Educação no sistema de ensino, como seja a questão das horas, do número de alunos por turma, dos Mega agrupamentos, entre outras, as quais põem em causa a estabilidade do ensino.

Ao mesmo tempo, o Estatuto da Carreira Docente sofreu poucas alterações, sendo que uma das alterações introduzidas pelo então Ministro da Educação, Nuno Crato, visava a atribuição de prémio aos professores, em função da sua avaliação. Mas esta norma não foi cumprida.

A estes factos, soma-se ainda a introdução de norma nos sucessivos Orçamentos de Estado que impedem as progressões na carreira e suspendem a contagem de tempo.

Concluiu, dizendo que há uma quebra de confiança com o Ministério da Educação, sendo certo que o não reconhecimento destes direitos afetam de forma definitiva a performance dos professores e a sua autonomia.

A Senhora Deputada Nilza de Sena (PSD) referiu que o tema que a petição traz perante esta Comissão foi já objeto de discussão em sede de apreciação do Orçamento de Estado, tendo os Senhores Secretários de Estado sido questionados sobre esta temática. Entende o Grupo Parlamentar do PSD que as reivindicações expostas são justas e correspondem a expetativas criadas, referindo que o Governo errou ao ter prometido descongelar as carreiras, quando na prática deixou de fora uma grande fatia das carreiras, como seja os professores.

Referiu que com este Orçamento de Estado poucos serão os profissionais que chegarão ao último escalão, existindo aqui um conjunto de dificuldades que são manifestas e que se reconhecem.

Terminou, referindo que a questão suscitada é da competência do Governo, cabendo-lhe a sua resolução, tendo conhecimento de que será iniciada, ainda esta semana, uma primeira ronda negocial com as estruturas sindicais representativas dos professores.

A Senhora Deputada Maria Augusta Santos (PS) agradeceu a exposição que o peticionário trouxe a esta Comissão, evidenciando que a mesma ia muito além do objeto da petição apresentada. Continuou, referindo que foi e é com um enorme sentido de responsabilidade que o XXI Governo Constitucional tem implementado diversas medidas com vista ao combate da precariedade dos docentes e a sua valorização. Nesse seguimento, referiu que o Governo comprometeu-se a descongelar carreiras a partir de 1 de janeiro de 2018.

Todavia, salientou que a petição não se prende com a questão do descongelamento, mas antes com a contagem do tempo de serviço durante o tempo de congelamento da carreira, sendo por isso uma questão diversa.

Reiterou que a partir de dia 15 do corrente irão ser iniciadas negociações com as estruturas sindicais dos professores, com vista à resolução desta questão, entendendo o Grupo Parlamentar que este é o caminho a seguir, referindo, ainda que o seu Grupo Parlamentar confia que destas negociações sairá um compromisso entre as estruturas e o Governo.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) também sublinhou que a questão aqui trazida por esta petição não é nova e percorreu já as negociações orçamentais, evidenciando, contudo, que a petição coloca os argumentos nos sítios certos. Com efeito, os professores sentiram que houve, na proposta de Orçamento de Estado, um reconhecimento do tempo que se trabalhou para todos os funcionários públicos, não se estendendo este reconhecimento aos professores. Concluiu, referindo que o seu Grupo Parlamentar está de acordo com a petição apresentada e têm expetativa que das negociações, entre o Governo e as estruturas sindicais representativas dos professores, resulte uma compatibilização com as pretensões dos professores.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) começou por referir que os professores têm legítimas expetativas quanto à contagem do tempo de serviço que decorrem, nomeadamente do Estatuto da Carreira de Docente, mas também da própria abordagem da questão pela proposta de Orçamento de Estado, que os excluiu.

Expôs, ainda, que deverá haver aqui, necessariamente, um processo negocial, o que significa que terão de ser feitas cedências de parte a parte. Salientou que não foi fornecido nenhum estudo que sustente o tratamento diferenciado dos professores, pelo que é difícil ao Grupo Parlamentar do CDS-PP fazer conjecturas sobre como resolver este problema.

Terminou, referindo ser uma matéria que caberá ao Governo resolver, desconhecendo qual a posição atual do Governo sobre esta matéria.

Devolvida a palavra ao peticionário, foi pelo mesmo referido que há um sentimento generalizado de grande desalento, tendo os professores dificuldades em acreditar nos órgãos que os representam, mas também nos próprios sindicatos.

Apelou, no seguimento das intervenções dos Grupos Parlamentares, a que se procure respeitar aquilo que é a questão dos professores junto da sociedade. Salientou que uma das grandes preocupações dos professores é a reforma, mas que hoje o sentimento generalizado é a ausência de reconhecimento da sua profissão, ao que acresce falta de respeito pela autonomia dos professores.

Reforçou a ideia de que o desalento dos professores passa, efetivamente para a própria escola, porque não é fácil explicar a crianças a posição dos professores.

Referiu, ainda, que é preciso pensar a forma como o professor trabalha e as ferramentas de que dispõe.

Por fim, e quanto à questão salarial, referiu que a simples vitória de colocação no devido escalão seria muito bem-vinda por parte dos professores, porque o que está em causa é o reconhecimento e o respeito pela carreira.

A audição foi gravada em registo [áudio](#), que se encontra disponível na página da Comissão, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

5. Apreciação e votação de relatórios finais de petições

5.1. [Petição n.º 345/XIII/2.ª](#) - Solicitam a criação de grupo de recrutamento para a Língua Gestual Portuguesa.

A Deputada Sandra Pontedeira (PS), relatora, apresentou o relatório final da petição, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Grupos Parlamentares presentes do PSD, PS, BE e CDS-PP, na ausência do PCP.

5.2. [Petição n.º 376/XIII/2.ª](#) - Solicitam a retificação das listas de mobilidade interna, e contratação inicial, de 2017-18 divulgadas pelo Ministério da Educação.

A Deputada Maria Augusta Santos (PS), relatora, apresentou o relatório final da petição, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Grupos Parlamentares presentes do PSD, PS, BE e CDS-PP, na ausência do PCP.

6. Apreciação e votação da admissibilidade de petições

6.1. [Petição 426/XIII/3.ª](#) - Solicitam a adoção de medidas quanto ao posicionamento remuneratório dos docentes, providos por concurso, nas carreiras docentes do ensino superior.

Analisada a nota de admissibilidade, foi deliberado por unanimidade dos Grupos Parlamentares presentes do PSD, PS, BE e CDS-PP, na ausência do PCP, admitir a petição, pedir informação às entidades propostas e indicar como relatora a Deputada Maria Augusta Santos (PS).

6.2. [Petição 427/XIII/3.ª](#) - Solicitam a adoção de medidas com vista à valorização da Educação e dos seus Profissionais.

Analisada a nota de admissibilidade, foi deliberado por unanimidade dos Grupos Parlamentares presentes do PSD, PS, BE e CDS-PP, e na ausência do PCP, admitir a petição, pedir informação às entidades propostas e indicar como relatora a Deputada Joana Mortágua (BE).

7. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, a requerer a audição do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sobre a aplicação do diploma do emprego científico

O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Luís Monteiro para expor o requerimento apresentado pelo seu Grupo Parlamentar, tendo sido aberto o debate sobre o mesmo.

A Senhora Deputada Nilza de Sena (PSD) referiu que o seu Grupo Parlamentar via com bons olhos a audição proposta, pelo que votaria favoravelmente o requerimento. O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) expôs considerar pertinente o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, reconhecendo que do ponto de vista do calendário político este assunto tem demorado, nomeadamente em virtude do processo de apreciação parlamentar que correu junto deste Parlamento. Ainda assim, considera importante que o Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior tenha conhecimento da pressão que existe sobre esta matéria, pelo que informou que o seu Grupo Parlamentar votará favoravelmente o requerimento. Já a Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) referiu que o seu Grupo Parlamentar irá votar favoravelmente o requerimento, pretendendo-se obter um esclarecimento cabal sobre a situação por ele retratada. Referiu que a intervenção desta Comissão no Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, atrasou, efetivamente, a entrada em vigor do mesmo, mas que existe consagrado neste diploma uma janela de contratação que termina a 31 de dezembro de 2017, existindo uma expectativa criada à qual deverá ser dada uma resposta.

Levada a votação a aprovação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos Grupos Parlamentares presentes do PSD, PS, BE e CDS-PP, e na ausência do PCP.

8. Data da próxima reunião

- 20 de dezembro de 2017, 9h30

A reunião foi encerrada às 16 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 de dezembro de 2017

 O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Alexandre Quintanilha)


(Alexandre Quintanilha)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
Álvaro Batista
Amadeu Soares Albergaria
Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
Ilda Araújo Novo
Ivan Gonçalves
Joana Mortágua
Laura Monteiro Magalhães
Lúcia Araújo Silva
Luís Monteiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Nilza de Sena
Pedro Alves
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Susana Amador
António Eusébio
Cristóvão Crespo
Maria Adelaide Ribeiro
Pedro Coimbra

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Pinotes Batista
Maria Manuela Tender

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão
Emília Santos